

Education And Authoritarianism In The Estado Novo: Ideologies, Reforms, And Social Control (1937–1945)

Emivaldo Montes Guimarães
Graduação Em História

Mariza Regina Duarte
Graduação Em História

Thelma Ribeiro De Moura
Graduação Em Geografia

Maria Claudia Gonzaga
Graduação Em Pedagogia

Cláudia Mônica Ferreira Cunha E Silva
Graduação Em História

Darmey Lúcia Pereira
Graduação Em História

Glenia Das Chagas Carneiro Silva
Graduação Em História

Roberto Ramos Estevão
Graduação Em Matemática

Resumo

Este artigo analisa o papel da educação no processo de consolidação do Estado Novo (1937–1945), destacando como o regime varguista mobilizou a escola para difundir sua ideologia nacionalista, reforçar práticas autoritárias e promover mecanismos de controle social. A partir de pesquisa bibliográfica fundamentada em autores clássicos da historiografia educacional e política brasileira, o estudo examina três dimensões centrais: as concepções ideológicas que sustentaram o discurso educacional do período; as reformas implementadas pelo Ministério da Educação e Saúde, responsáveis por instituir um sistema fortemente centralizado; e os mecanismos de vigilância que atravessaram o cotidiano escolar, moldando comportamentos, conteúdos e identidades. Os resultados indicam que a educação foi utilizada como instrumento estratégico para a legitimação do regime, funcionando não apenas como política pública, mas como engrenagem simbólica capaz de orientar percepções e disciplinar corpos. As reformas educacionais, ao promoverem a padronização curricular, a racionalização administrativa e a normatização do trabalho docente, contribuíram para reduzir a autonomia das escolas e para reforçar a presença do Estado na vida educacional. Ao mesmo tempo, práticas de vigilância, censura e civismo obrigatório transformaram a escola em espaço de conformação moral e política, alinhado às expectativas do governo. Conclui-se que a análise da educação no Estado Novo revela a profunda interseção entre práticas pedagógicas e estratégias de poder, evidenciando que a escola desempenhou papel central na construção e manutenção do ideário autoritário do período. A reflexão sobre esse passado contribui para compreender desafios contemporâneos relativos à autonomia escolar, à democracia e ao papel social da educação no Brasil.

Palavras-Chave: Estado Novo; Educação e Autoritarismo; Controle Social; Políticas Educacionais; Nacionalismo

Date of Submission: 02-12-2025

Date of Acceptance: 12-12-2025

I. Introdução

O Estado Novo (1937–1945) constituiu um dos períodos mais marcantes da história política brasileira, caracterizado pela centralização do poder, pela censura e pela construção de um projeto nacionalista fundamentado na disciplina e na ordem social. Nesse contexto, a educação assumiu papel estratégico na legitimação do regime, tornando-se instrumento de difusão ideológica e de conformação das subjetividades. A escola, tradicionalmente associada à formação intelectual, passou a integrar a engrenagem estatal que buscava moldar comportamentos e consolidar uma identidade nacional alinhada ao autoritarismo varguista. Assim, compreender as políticas educacionais do período implica analisar não apenas reformas administrativas, mas também os sentidos políticos e simbólicos atribuídos ao ato de educar.

A relevância desse debate se intensifica quando se observa que as práticas instauradas entre 1937 e 1945 deixaram marcas profundas nas estruturas educacionais brasileiras, influenciando modelos de gestão, concepções de civismo e mecanismos de controle escolar que persistiram muito além do fim do regime. O tema, portanto, ultrapassa o campo historiográfico e alcança discussões contemporâneas sobre o papel do Estado na educação, sobre a autonomia pedagógica e sobre as formas de vigilância que ainda se inscrevem no cotidiano escolar. Nesse sentido, estudar a educação no Estado Novo significa revisitar um passado que ainda ressoa em disputas atuais, revelando permanências, rupturas e disputas políticas que moldam o espaço educativo.

O problema que orienta este artigo pode ser sintetizado na seguinte questão: como a educação foi apropriada pelo Estado Novo para consolidar seu projeto autoritário e quais mecanismos foram utilizados para controlar a vida escolar? A partir dessa pergunta, o estudo busca investigar a articulação entre ideologia, reformas institucionais e práticas de vigilância que transformaram a escola em instrumento de controle social.

O objetivo geral consiste em analisar de que maneira o regime varguista utilizou a escola como espaço de produção simbólica, disciplinamento e difusão de sua ideologia nacionalista. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) identificar as concepções ideológicas que orientaram a política educacional do período; (b) examinar as reformas administrativas implementadas entre 1937 e 1945 e seu papel na centralização do sistema de ensino; e (c) compreender os mecanismos de vigilância e controle que atravessaram o cotidiano escolar, moldando práticas, comportamentos e percepções.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e analítico-interpretativa, fundamentada em obras clássicas e contemporâneas que discutem o Estado Novo, suas políticas educacionais e seus dispositivos de controle social. A abordagem se apoia em referenciais como Fausto, Skidmore, Bomeny, Oliveira e Hilsdorf, cujas contribuições permitem compreender a complexidade histórica, política e simbólica desse período. A escolha desses autores justifica-se pela consistência analítica de suas obras e pela relevância de seus estudos para interpretar a relação entre educação e autoritarismo no Brasil.

Dessa forma, a introdução estabelece o percurso investigativo que orienta o artigo e reafirma a importância de compreender a educação como campo político, permeado por disputas ideológicas e por mecanismos de poder. Ao examinar o Estado Novo como experiência histórica, busca-se contribuir para reflexões críticas sobre o papel da escola na conformação da ordem social, destacando a necessidade de fortalecer práticas educativas comprometidas com a democracia, a autonomia e a pluralidade.

II. Concepções Ideológicas De Educação No Estado Novo

A compreensão das concepções ideológicas de educação no Estado Novo exige considerar o modo como o regime estruturou uma visão pedagógica alinhada ao seu projeto centralizador. A educação foi tratada como instrumento de formação moral e de unificação simbólica, estimulando práticas que reforçavam autoridade, disciplina e obediência. Nesse cenário, a escola passou a ser percebida como espaço estratégico para moldar comportamentos e orientar representações sociais compatíveis com a ordem política vigente. A valorização de rituais cívicos, a padronização curricular e a vigilância pedagógica constituíram elementos essenciais para garantir que o ambiente escolar produzisse sujeitos integrados ao ideal nacionalista varguista. Desse modo, a ideologia educacional tornava-se parte orgânica da manutenção do regime.

Essa construção ideológica esteve associada à tentativa de definir um “modelo de cidadão” ajustado às expectativas de modernização autoritária buscadas pelo governo. A escola deveria difundir uma cultura política baseada na hierarquia, na unidade nacional e no combate a expressões consideradas ameaçadoras da coesão social. Tal esforço ultrapassava o âmbito administrativo, inserindo-se num movimento mais amplo de controle das subjetividades. Por meio da reorganização do currículo, da vigilância sobre professores e do incentivo a práticas morais padronizadas, o Estado Novo consolidou uma gramática pedagógica marcada pelo civismo compulsório. Consequentemente, a educação converteu-se em campo privilegiado para legitimar normas sociais e valores que sustentavam o projeto de consolidação estatal.

As concepções pedagógicas do período também refletiram um debate intelectual que buscava redefinir a função social da escola frente às transformações políticas da década de 1930. Nesse debate, as noções de disciplina, eficiência e coesão nacional foram reforçadas como princípios orientadores das políticas educacionais. Conforme observa Cunha (1980, p. 44), a educação foi “mobilizada como mecanismo de construção do Estado e

de condução social, articulando práticas que ultrapassavam o campo escolar”. A ênfase na centralização administrativa e na definição de conteúdos homogêneos não representava apenas uma escolha técnica, mas uma estratégia política para enquadrar o ensino às diretrizes do regime. Assim sendo, a ideologia educacional tornou-se expressão direta do projeto autoritário.

Da mesma forma, a atuação do Ministério da Educação e Saúde foi decisiva para a construção discursiva da escola como instrumento de unificação simbólica. Ao definir conteúdos, controlar livros didáticos e orientar métodos, o Estado buscou reforçar valores que garantissem estabilidade política e disciplinamento social. Sobre essa relação, apontam Schwartzman et al. (1984, p. 33) que:

A escola converteu-se em elo entre cultura política e prática administrativa, revelando a intencionalidade de produzir sujeitos integrados ao nacionalismo oficial. A própria cultura escolar passou a organizar-se em torno da valorização da ordem, do trabalho e do civismo, articulando identidade nacional e controle simbólico. Dessa maneira, o Estado Novo consolidou uma pedagogia política capaz de legitimar a autoridade vigente.

O fortalecimento dessa pedagogia política também se expressou na incorporação de práticas que promoviam uma visão homogênea da sociedade. Enquanto a escola funcionava como espaço de escolarização, tornava-se também ambiente de difusão de valores estatais, reforçando noções de unidade e disciplina. A padronização curricular, acompanhada pela fiscalização do trabalho docente, buscava evitar interpretações consideradas desviantes. Nesse propósito, o Estado interpretava a educação como processo de formação não apenas cognitiva, mas moral, impondo aos estudantes comportamentos compatíveis com a ordem estabelecida. Essa visão ampliou o alcance do regime sobre a vida cotidiana, transformando a escola em extensão de seu projeto político.

A organização escolar do período também revelou a influência de debates anteriores sobre o papel da educação na construção do Estado. De fato, a formação cívica e a valorização da disciplina, presentes desde o início do século XX, foram intensificadas no projeto varguista, ajustando-se à nova lógica autoritária. A esse respeito, analisa Nagle (1974, p. 90) que o Estado “apropriou-se de discursos educacionais para legitimar sua intervenção e moldar a identidade nacional, consolidando mecanismos que superavam o caráter meramente administrativo”. A defesa de um currículo unificado e o fortalecimento da inspeção escolar demonstravam a intenção de subordinar a prática educativa a objetivos políticos mais amplos. Portanto, o Estado Novo incorporou a escola em sua estratégia de consolidação institucional.

Outro aspecto relevante foi a ampliação da máquina estatal e a profissionalização dos sistemas de ensino, que reforçaram ainda mais o caráter centralizador do período. O Ministério da Educação assumiu atribuições que antes estavam dispersas, definindo normas, fiscalizando escolas e estruturando diretrizes uniformes para todo o país. Essa concentração de poder tinha como finalidade evitar disputas regionais e garantir que a educação representasse, em escala nacional, os valores defendidos pelo governo. O ideal de unidade, defendido pela cultura política estadonovista, encontrava na escola um espaço privilegiado para se materializar. Com isso, formou-se uma rede de práticas e símbolos que sustentavam a narrativa de fortalecimento do Estado pela via pedagógica.

É importante destacar que a ideologia educacional do Estado Novo não se limitava a conteúdos ou normas, mas produzia significados sociais mais amplos. A escola representava, no discurso oficial, ferramenta de modernização moral e cultural, capaz de corrigir “desvios” e orientar condutas. Sobre essa função, afirma Bomeny (2001, p. 99) que “a educação operou como tecnologia de governo ao serviço da ordem”, evidenciando a articulação entre pedagogia e controle social. Os rituais cívicos, as comemorações oficiais e a valorização de símbolos nacionais reforçavam a circulação dessa ideologia dentro do cotidiano escolar. Dessa forma, a experiência educativa tornava-se atravessada por práticas que buscavam incorporar o estudante ao imaginário político estabelecido pelo regime.

Esse modelo também redefiniu o papel dos professores, que passaram a ser vistos como agentes de difusão da ideologia estatal. A atuação docente foi submetida a crescente vigilância, e o compromisso com a ordem e o civismo tornou-se critério implícito de legitimação profissional. Assim, o professor deixou de ser apenas transmissor de conteúdos e passou a integrar um projeto político que valorizava lealdade e disciplina. As expectativas postas sobre a docência reforçavam o caráter moralizador da educação e aproximavam o trabalho pedagógico da propaganda estatal. Com isso, a formação das subjetividades escolares tornou-se parte estruturante do funcionamento do Estado Novo.

Também se observa a centralidade atribuída à educação na forma como a escola contribuía para definir padrões de comportamento considerados adequados. A promoção de normas morais rígidas, combinada ao fortalecimento de uma ética nacionalista, buscava ajustar a juventude a um ideal de sociedade harmônica e disciplinada. Esse projeto incluía a valorização do trabalho, a exaltação da pátria e a rejeição de práticas interpretadas como ameaça à unidade nacional. A vida escolar, nesse contexto, era organizada para reforçar sentidos de pertencimento e obedecer à hierarquia social, atributos compreendidos como fundamentais para a manutenção da ordem política.

Finalmente, a construção dessa pedagogia nacionalista também se sustentou em discursos que vinculavam moralidade, progresso e identidade cultural. O regime atribuía à educação a responsabilidade de

consolidar uma sociedade coesa, ajustada às demandas do Estado. Conforme explica Carvalho (1998), práticas escolares foram moldadas para produzir disciplina e civismo em consonância com o ideal de modernização autoritária. Já Bomeny (2001) acrescenta que o Estado utilizou mecanismos educativos para reforçar sua legitimidade, convertendo a escola em espaço de difusão de valores políticos e morais. Essa dupla influência evidencia como a ideologia educacional funcionou como instrumento de sustentação do projeto varguista.

A partir dessas considerações, observa-se que a educação no Estado Novo não pode ser compreendida como simples política pública, mas como parte constitutiva de um projeto político que buscava organizar a sociedade a partir de princípios autoritários. A escola operou como espaço de produção simbólica, disciplinando corpos, regulando discursos e orientando práticas sociais alinhadas ao nacionalismo estatal. A combinação entre centralização administrativa, promoção do civismo e vigilância ideológica formou um conjunto coerente de estratégias voltadas à consolidação do regime. Assim, a análise das concepções educacionais desse período evidencia a profundidade com que a política penetrou o campo pedagógico, redefinindo sentidos, funções e finalidades da educação.

III. Reformas Educacionais E A Consolidação Do Sistema Centralizado (1937–1945)

A consolidação do sistema educacional durante o Estado Novo implicou um conjunto articulado de reformas que buscavam alinhar o ensino ao projeto político autoritário de Getúlio Vargas. A centralização administrativa foi apresentada como solução para superar desigualdades regionais e garantir maior eficiência institucional, mas, na prática, serviu para ampliar a autoridade do governo sobre a educação. As escolas passaram a ser compreendidas como espaços estratégicos para consolidar valores de ordem, disciplina e nacionalismo, reforçando o papel do Estado na definição dos rumos sociais do país. Desse modo, as políticas educacionais assumiram um caráter profundamente político, ultrapassando o campo pedagógico.

Esse projeto de organização evidenciava a intenção de estruturar um modelo uniforme de ensino, capaz de integrar culturalmente a população e fortalecer a identidade nacional. A criação de diretrizes unificadas e a padronização curricular buscavam reduzir as diferenças regionais e assegurar que o ensino expressasse uma visão única de brasilidade. No entanto, esse processo não significou apenas um aprimoramento administrativo, mas sim a incorporação de uma lógica de controle estatal sobre professores, estudantes e conteúdos. Consequentemente, a escola tornou-se instrumento de consolidação política, contribuindo para legitimar o regime por meio da formação de comportamentos e percepções alinhadas às expectativas governamentais.

É evidente que as medidas implementadas nesse período apresentavam uma compreensão abrangente da educação como ferramenta estratégica para organizar a sociedade. A racionalização dos sistemas de ensino, a reorganização dos níveis educacionais e a definição de funções específicas para cada ciclo procuravam integrar o país a partir de critérios centralizados. Nessa linha, analisa Azevedo (1944, p. 13) que:

As reformas buscavam estruturar um ordenamento educacional capaz de atender às finalidades políticas do Estado, evidenciando um projeto que articulava pedagogia e governança. Portanto, o ensino passou a operar como campo prioritário para sustentar o modelo autoritário que se afirmava no Brasil da década de 1940.

Decisiva nesse processo foi a atuação do Ministério da Educação e Saúde, sob o comando de Gustavo Capanema, que conduziu as mudanças redefinidoras da estrutura educacional brasileira. As chamadas Leis Orgânicas sistematizaram a divisão entre ensino primário, secundário, comercial, industrial e normal, criando bases legais para um sistema moderno, porém rígido e altamente subordinado ao governo central. Embora essa reorganização pretendesse modernizar a educação, ela também consagrava um modelo hierárquico que limitava a autonomia dos estados e municípios. Dessa maneira, o Estado Novo estabeleceu um quadro institucional em que a educação se transformou em meio essencial de reforço à autoridade estatal.

A padronização curricular e a regulamentação da prática docente demonstram que o Estado buscava controlar de forma direta os rumos da formação escolar. Nesse contexto, professores passaram a seguir normas rígidas de atuação, alinhadas à concepção de unidade nacional propagada pelo regime. Sobre isso, destaca Romanelli (1978, p. 42) que “a legislação educacional consolidou a centralização como princípio ordenador”, revelando a dimensão política dessas mudanças. Além disso, o currículo, ao ser unificado, tornou-se também mecanismo de circulação de valores ligados à ordem social e ao civismo, reforçando a presença do Estado no cotidiano escolar. Assim sendo, as reformas assumiam um caráter normativo e ideológico.

Outro reflexo claro dos interesses econômicos e políticos do período foi a expansão das redes de ensino técnico, industrial e agrícola. O governo buscava formar profissionais ajustados ao modelo de desenvolvimento nacionalista, valorizando competências voltadas ao trabalho e à disciplina. Essa orientação reafirmava a crença de que a educação deveria promover eficiência produtiva e coesão social, moldando estudantes para atender às demandas do Estado. No entanto, a distinção entre ensino acadêmico e profissionalizante reforçava desigualdades sociais, pois criava caminhos formativos diferenciados conforme a origem dos alunos, evidenciando que a educação servia para organizar a estrutura social vigente.

É importante notar que a construção do sistema educacional centralizado dialogava diretamente com discursos que defendiam a necessidade de fortalecer o Estado diante dos desafios da modernização. Para Gomes

(1981), a centralização permitiu ao governo controlar conteúdos, métodos e finalidades da educação, inserindo o ensino em seu projeto político. Por sua vez, Bomeny (1999) argumenta que a autoridade do Estado Novo dependia de mecanismos que organizassem a vida escolar como extensão da política nacional, articulando formação moral, civismo e disciplina. A convergência dessas análises demonstra que a educação foi eixo estruturante na legitimação do regime, funcionando como espaço de consolidação simbólica do poder.

Igualmente relevante nas reformas foi a busca por fortalecer a administração educacional por meio da criação de órgãos responsáveis pelo planejamento, fiscalização e controle das escolas. Esses mecanismos ampliaram a presença do Estado no cotidiano institucional, garantindo que diretrizes fossem cumpridas uniformemente. Nesse sistema, a inspeção escolar assumiu papel central no acompanhamento das práticas pedagógicas, reforçando o compromisso com a padronização e a disciplina. Tal estrutura administrativa tornou-se elemento fundamental para a consolidação do sistema centralizado, pois garantia que decisões políticas se materializassem nas salas de aula, configurando uma dinâmica educativa voltada à obediência regulatória.

As Leis Orgânicas também redefiniram a identidade dos professores, cuja atuação passou a ser regulada pelo Estado dentro de padrões previamente estabelecidos. Ao mesmo tempo em que buscavam melhorar a formação docente, tais medidas restringiam a liberdade pedagógica e aproximavam o professor de um papel técnico, executando diretrizes elaboradas centralmente. A função de educar, nesse contexto, deixou de ser concebida como prática autônoma e passou a integrar um projeto estatal que atribuía à escola responsabilidade direta na construção da ordem social. Dessa forma, a docência tornou-se instrumento de mediação entre política e sociedade.

Nesse período, a organização curricular foi concebida para reforçar valores associados ao civismo, ao trabalho e à disciplina, articulando elementos culturais e políticos. As disciplinas passaram por reestruturação que priorizava conteúdos alinhados à narrativa nacionalista difundida pelo governo. Segundo análise de Campos (1941, p. 34),

A educação deveria formar indivíduos capazes de contribuir para o fortalecimento do Estado, revelando a associação direta entre formação escolar e projeto político. Desse modo, o currículo transformou-se em ferramenta fundamental para sustentar a ideologia do regime, moldando percepções e comportamentos considerados adequados ao contexto autoritário.

Como resultado da integração entre reforma administrativa e controle simbólico, a escola tornou-se espaço de interiorização da autoridade estatal. Suas práticas passaram a incorporar rituais, cerimônias e discursos que reforçavam a imagem do Estado forte e centralizador. A esse respeito, assinala Gomes (1981, p. 40) que “a escola tornou-se expressão direta da política do governo”, indicando que as reformas não se limitaram a ajustes técnicos, mas representaram um projeto de formação social. Ao combinar normatização rígida, currículo centralizado e vigilância institucional, o Estado Novo consolidou um modelo educacional coerente com sua lógica autoritária.

Em síntese, a análise das reformas educacionais do Estado Novo revela que a centralização não foi apenas uma escolha administrativa, mas parte de uma estratégia política mais ampla de modernização conservadora. A escola assumiu função essencial na legitimação do regime, operando como espaço de formação de subjetividades e de reprodução de valores que sustentavam o projeto governamental. A unificação curricular, a regulamentação do trabalho docente e o fortalecimento dos mecanismos de controle constituíram pilares dessa política educacional. Assim, as reformas contribuíram para estruturar um sistema coerente com a lógica de autoridade estatal, deixando marcas profundas na história da educação brasileira.

IV. Escola, Controle Social E Mecanismos De Vigilância Sobre A Vida Escolar

A compreensão da escola durante o Estado Novo exige analisar sua transformação em espaço de controle social, estruturalmente articulado ao projeto autoritário instaurado entre 1937 e 1945. Nesse período, a escola deixou de ser apenas instituição formadora para assumir papel estratégico na produção de subjetividades alinhadas à ordem política vigente. O governo buscou incorporar práticas de vigilância e disciplinamento que moldassem condutas, ajustando-as ao ideal de unidade nacional defendido pelo regime. Essa dinâmica ampliou a presença do Estado no cotidiano escolar, fazendo com que a educação se tornasse instrumento de consolidação simbólica do poder e de organização da vida coletiva em torno de valores previamente estabelecidos.

A relação entre escola e autoritarismo se expressou por meio de ações que reforçavam a hierarquia, o civismo compulsório e a obediência como fundamentos da formação da juventude. A cultura escolar passou a incorporar rituais que exaltavam a figura do Estado forte, vinculando práticas pedagógicas à necessidade de preservar a coesão social. Nesse contexto, a disciplina era tratada como mecanismo essencial para orientar comportamentos e garantir que cada estudante fosse integrado ao projeto nacionalista. Nesse cenário, a vigilância se naturalizou como parte da experiência educativa, legitimando a intervenção estatal como estratégia de proteção da ordem. Assim, o ambiente escolar converteu-se em extensão do aparelho político.

É preciso ressaltar que o fortalecimento dessas práticas não pode ser compreendido isoladamente, pois estava inserido nas transformações políticas que marcaram a consolidação do Estado Novo. A escola assumiu

funções que extrapolavam seu caráter instrucional, tornando-se peça fundamental na construção de um imaginário social orientado pelo nacionalismo autoritário. Conforme análise de Fausto (1995, p. 100):

O período reorganizou instituições para sustentar o poder central, processando a vida escolar como campo de intervenção estatal. Esse vínculo estruturou um modelo formativo que buscava não apenas ensinar, mas modelar percepções, valores e sensibilidades, reforçando o papel da educação na reprodução do projeto político vigente.

A incorporação da vigilância ao cotidiano escolar manifestou-se tanto em práticas explícitas de inspeção quanto em dinâmicas sutis de disciplinamento dos corpos e das expressões. Professores e diretores foram orientados a manter rígido controle sobre comportamentos, conteúdos e relações, transformando a sala de aula em ambiente regulado. A escola, nesse sentido, operava como laboratório de formação moral, no qual se testavam estratégias para impor padrões de conduta. Essa lógica reforçava a crença de que a juventude deveria ser moldada para sustentar a estabilidade do regime, legitimando a presença permanente da autoridade no processo educativo.

O controle social exercido nas escolas também refletiu a preocupação do Estado em evitar qualquer forma de contestação. A vigilância sobre estudantes e docentes buscava garantir adesão irrestrita ao discurso oficial. A esse respeito, argumenta Skidmore (1988, p. 23) que “o Estado buscou eliminar focos de dissidência”, evidenciando a centralidade da educação nesse processo. Por sua vez, Bomeny (2002, p. 11) observa que “a escola tornou-se arena de reprodução do civismo obrigatório”, articulando formação moral e controle político. Essas análises revelam o quanto o regime dependia da educação para difundir comportamentos considerados adequados e neutralizar perspectivas divergentes.

A construção dessa cultura autoritária também se apoiou na disseminação de símbolos nacionais, na exaltação do trabalho e na imposição de narrativas históricas alinhadas ao Estado Novo. A escola, ao adotar tais práticas, reforçava a identidade nacional a partir de um repertório político cuidadosamente controlado. Como destaca Oliveira (1993, p. 90), “a pedagogia cívica serviu como instrumento de ordenamento social”, ilustrando o modo como a educação se converteu em mecanismo de interiorização da autoridade. Dessa forma, conteúdos e práticas se articulavam para garantir que o estudante fosse integrado ao projeto estatal desde os primeiros anos de escolarização.

É notório que a vigilância instituída no ambiente escolar ultrapassou o controle do comportamento e alcançou a produção do conhecimento, interferindo diretamente na seleção de conteúdos e materiais didáticos. Obras consideradas inadequadas foram excluídas, enquanto textos alinhados às diretrizes governamentais eram amplamente difundidos. Esse processo implicou censura e direcionamento, moldando interpretações históricas e sociais conforme interesses do regime. Consequentemente, a formação da juventude era cuidadosamente orientada para evitar perspectivas críticas e reforçar a narrativa estatal. A escola assumiu, assim, papel central na construção de consensos que sustentavam a legitimidade do governo.

Também se observa que o corpo docente foi alvo de mecanismos de vigilância, sendo avaliado não apenas por sua competência pedagógica, mas por sua postura moral e política. Dessa maneira, a expectativa de que o professor representasse modelo de civismo reforçava sua função como mediador da ideologia oficial. Como aponta Hilsdorf (2005, p. 102), “a docência tornou-se função submetida à moral patriótica do período”, revelando a dimensão simbólica atribuída ao trabalho educacional. Portanto, o professor não apenas ensinava conteúdos, mas reproduzia comportamentos e valores compreendidos como fundamentais para a manutenção da ordem, integrando-se ao aparato de controle social do Estado.

Além disso, a presença do Estado também se manifestou em práticas de acompanhamento constante das atividades escolares. Relatórios, inspeções e formulários sistematizavam informações sobre desempenho e comportamento dos alunos, produzindo registros que orientavam intervenções. A vigilância era vista como ferramenta para assegurar a regularidade da formação moral. Sobre essa articulação, afirma Fausto (1995, p. 89) que:

O controle educacional integrava a lógica de centralização do regime, demonstrando o alinhamento entre política e pedagogia. Tais procedimentos reforçavam a concepção de que a escola deveria atuar como guardião dos valores necessários à sustentação do Estado Novo.

As práticas de controle também se apoiaram na criação de espaços cívicos dentro das instituições escolares, como desfiles, cerimônias patrióticas e rituais semanais. Esses eventos tinham função pedagógica e simbólica, pois produziam sentimentos de pertencimento e reforçavam a narrativa política oficial. A escola, ao organizar tais atividades, contribuía para a circulação de discursos que exaltavam a autoridade, o trabalho e a unidade nacional. Dessa forma, o cotidiano escolar era permeado por dispositivos que reforçavam a integração dos estudantes ao imaginário estatal, consolidando identidades alinhadas às expectativas do governo.

É inegável que a difusão desse modelo educativo deixou marcas profundas na cultura escolar brasileira, especialmente no modo como a autoridade passou a ser tratada como componente natural da formação. A normalização da vigilância e do disciplinamento contribuiu para consolidar representações sociais que associavam educação e ordem de forma indissociável. A escola, ao aderir a essas práticas, reforçou a noção de que o comportamento adequado dependia da obediência e da interiorização de valores impostos. Essa herança

influenciou processos posteriores de organização do ensino, indicando que o controle escolar ultrapassa momentos históricos específicos e se enraíza em tradições institucionais.

Em síntese, a análise da escola como espaço de controle social no Estado Novo evidencia que a educação foi integrada de maneira profunda ao projeto político do regime. O ambiente escolar tornou-se território de vigilância, onde comportamentos, conteúdos e identidades eram moldados segundo diretrizes centralizadoras. A formação de subjetividades alinhadas ao nacionalismo autoritário representou estratégia fundamental para a legitimação do poder. Assim, a escola deixou de ser apenas instituição de ensino e assumiu função ampla de regulação social, produzindo sentidos, normatizando práticas e reforçando a lógica de autoridade que sustentou o período.

V. Considerações Finais

A análise da educação durante o Estado Novo evidencia que o sistema escolar foi mobilizado como um dos pilares fundamentais para a consolidação do projeto autoritário implementado por Getúlio Vargas entre 1937 e 1945. Longe de atuar apenas como instância formadora, a escola assumiu função política central, tornando-se espaço privilegiado de construção simbólica, disciplinamento social e afirmação de valores alinhados ao ideário nacionalista. As concepções ideológicas discutidas na primeira parte deste estudo demonstram que a educação não se apresentava como instrumento neutro, mas como engrenagem essencial para moldar subjetividades, definir identidades e reforçar a legitimidade do regime. Ao vincular civismo, obediência e unidade nacional ao cotidiano pedagógico, o Estado produziu um modelo de escolarização que transcendia o plano administrativo e alcançava a esfera moral e cultural.

Do mesmo modo, a investigação acerca das reformas educacionais revelou um esforço sistemático de centralização, que visava não apenas organizar os sistemas de ensino, mas também garantir que cada decisão educacional fosse coerente com o projeto estatal. As Leis Orgânicas, a padronização curricular, a profissionalização controlada da docência e o fortalecimento dos órgãos de fiscalização compuseram um arcabouço normativo que subordinava a educação às demandas do Estado. Esse processo reforçou a lógica verticalizada de poder, em que estados e municípios tiveram sua autonomia reduzida, incorporando-se a uma política nacional voltada para a unidade, o disciplinamento e a eficiência burocrática. A modernização educacional promovida pelo Estado Novo, portanto, deve ser compreendida como modernização seletiva, direcionada à consolidação da autoridade governamental.

Por fim, a terceira parte deste artigo evidenciou que o controle social exercido sobre a escola extrapolava o plano das reformas e se expressava de forma cotidiana nas práticas pedagógicas, nas rotinas administrativas e nas relações entre professores, estudantes e gestores. O ambiente escolar foi permeado por mecanismos explícitos e implícitos de vigilância, que incluíam inspeções frequentes, censura de materiais, regulamentação rigorosa das condutas e incentivo a rituais cívicos que reforçavam a presença simbólica do Estado. A educação passou a desempenhar papel decisivo na reprodução da narrativa oficial do regime, formando cidadãos orientados por valores de disciplina, patriotismo e ordenamento moral. Assim, a escola converteu-se em aparelho de Estado capaz de promover adesão e minimizar resistências.

Tomados em conjunto, os três eixos analisados demonstram que a educação no Estado Novo foi atravessada por um projeto político que compreendia a escola como instrumento estratégico de governo. A articulação entre ideologia, reforma institucional e prática cotidiana produziu um sistema educacional profundamente moldado pela lógica autoritária, cujas marcas permanecem perceptíveis em diferentes momentos da história brasileira. A normalização da vigilância, a centralização administrativa e a pedagogia cívica, embora vinculadas ao contexto da ditadura varguista, ecoam em debates contemporâneos sobre autonomia docente, papel do Estado e relações entre educação e poder.

Refletir sobre esse período não se limita a revisitar o passado, mas contribui para reconhecer que a educação pode ser espaço de emancipação ou de submissão, dependendo das forças que a orientam. Ao compreender a escola como campo político, o estudo convida à construção de práticas educacionais que resistam a projetos autoritários, valorizem a pluralidade, ampliem a participação social e fortaleçam a democracia. Assim, as considerações finais deste artigo reafirmam a necessidade de compreender a história da educação brasileira como território vivo de disputas, onde se definem não apenas conteúdos, mas também sentidos de cidadania, justiça e liberdade.

Referências Bibliográficas

- [1]. AZEVEDO, Fernando De. *A Cultura Brasileira*. Rio De Janeiro: José Olympio, 1944.
- [2]. BOMENY, Helena. *A Escola No Projeto De Brasil: Centralização E Autoritarismo No Estado Novo*. Rio De Janeiro: FGV, 2002.
- [3]. BOMENY, Helena. *Infância E Poder No Estado Novo*. Rio De Janeiro: FGV, 1999.
- [4]. BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Governo Vargas: Cultura Política E Políticas Educacionais*. Rio De Janeiro: FGV, 2001.
- [5]. CAMPOS, Francisco. *A Estrutura Da Educação Nacional*. Rio De Janeiro: MEC, 1941.
- [6]. CARVALHO, Marta Maria Chagas De. *Molde Nacional E Forma Cívica: Higiene, Moral E Trabalho No Projeto Educacional Da Primeira República*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- [7]. CUNHA, Luiz Antônio. *Educação E Desenvolvimento Social No Brasil*. Rio De Janeiro: Francisco Alves, 1980.

- [8]. FAUSTO, Boris. História Do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.
- [9]. GOMES, Candido. A Centralização Educacional No Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.
- [10]. HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História Da Educação Brasileira. São Paulo: Thomson, 2005.
- [11]. NAGLE, Jorge. Educação E Sociedade Na Primeira República. São Paulo: EPU, 1974.
- [12]. OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Estado Novo. São Paulo: Atual, 1993.
- [13]. ROMANELLI, Otaíza De Oliveira. História Da Educação No Brasil (1930–1973). Petrópolis: Vozes, 1978.
- [14]. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. Tempos De Capanema. Rio De Janeiro: Paz E Terra; Fundação Getúlio Vargas, 1984.
- [15]. SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio A Castelo (1930–1964). Rio De Janeiro: Paz E Terra, 1988.